

Bruxelas, 7 de novembro de 2025
(OR. en)

14930/25

SPORT 43

NOTA

de:	Presidência
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Democracia e transparência no desporto
	– <i>Troca de pontos de vista</i>

Junto se envia, à atenção das delegações, uma nota de orientação da Presidência sobre o assunto em epígrafe, na perspectiva da troca de pontos de vista que terá lugar na reunião do Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto) de 28 de novembro de 2025.

Democracia e transparência no desporto*Nota de orientação da Presidência*

O desporto é parte integrante da sociedade europeia. É mais do que competição, resultados e medalhas: inspira, envolve e une pessoas além-fronteiras, culturas e línguas. Ao promover a alegria, a equidade, a inclusão e o respeito, o desporto ajuda a formar cidadãos ativos, saudáveis e socialmente empenhados. Constrói pontes, cria espaços e põe de lado diferenças na prossecução de objetivos comuns. Dentro de campo e nos clubes locais, o desporto reforça a identidade e a coesão comuns, demonstrando que o desportivismo e o respeito pelas regras são os alicerces da cidadania democrática. Enquanto verdadeira escola de democracia, o desporto fomenta a integridade, a responsabilidade e a participação, reforçando o próprio tecido social em que assentam as nossas sociedades.

Nesta base, foi desenvolvido um modelo europeu do desporto. Este modelo assenta na convicção de que o desporto não deve servir apenas para entreter, mas também para defender os nossos valores comuns de democracia, transparência, solidariedade e respeito pelos direitos humanos. Estes princípios são as pedras angulares da confiança e da legitimidade no desporto. Sem eles, o desporto corre o risco de perder definitivamente o seu papel unificador enquanto força construtiva na sociedade. É por esta razão que a Presidência dinamarquesa da UE optou por colocar a democracia e a transparência no desporto no centro deste debate político.

Lançada pela Dinamarca e pelos países nórdicos em 2021, a declaração conjunta sobre a transparência, a democracia e os direitos humanos no trabalho das federações desportivas internacionais constituiu um marco importante. Inicialmente assinada por 23 países europeus e atualmente aprovada por um total de 38 países, a declaração promove uma tomada de decisão aberta e democrática e serve como uma referência útil nas discussões nacionais e internacionais para as organizações desportivas, que assumem uma grande responsabilidade na implementação e defesa das melhores práticas democráticas. Os valores democráticos e de transparência estão agora firmemente enraizados na política desportiva da UE: desde o Livro Branco sobre o desporto, de 2007, e o Tratado de Lisboa de 2009, até aos planos de ação da UE em prol do desporto e o programa Erasmus+, todos reforçando a boa governação e integrando o papel social do desporto na cooperação europeia.

Apesar destes progressos, persistem sérios desafios. Muitas organizações desportivas internacionais continuam a enfrentar défices democráticos, em que as decisões com grandes repercussões são tomadas sem uma participação genuína das organizações membros, dos atletas ou da sociedade civil. A transparência também continua a ser insuficiente, por exemplo, na atribuição de direitos de organização, em que os critérios pouco claros e os procedimentos de votação opacos aumentam o risco de corrupção e de influência indevida. Ao mesmo tempo, o desporto continua a ser utilizado como instrumento para limpar a imagem, em que os regimes exploram eventos importantes para melhorar a sua reputação e desviar a atenção dos processos não democráticos e das violações dos direitos humanos.

Além disso, temos observado uma ameaça causada pelas ligas dissidentes – projetos comerciais que não correspondem plenamente aos valores subjacentes de um modelo europeu de desporto. Estas são competições fechadas, separadas das estruturas de promoção e despromoção e que prejudicam a solidariedade entre os grandes e os pequenos clubes, quebram os laços entre o desporto de base e o de alta competição, minando a abertura e a equidade que são centrais nas tradições desportivas europeias. Além disso, a deslocalização das competições europeias para locais fora da Europa, com fins comerciais, pode enfraquecer os laços culturais e sociais entre os clubes, os adeptos e as comunidades. Quando o desporto se afasta do seu contexto natural, corre o risco de alienar os seus adeptos e perder o seu papel no reforço da identidade local e nacional.

Se essas práticas continuarem, o desporto corre o risco de perder a sua legitimidade popular. A confiança do público baseia-se na convicção de que os jogos são disputados em condições de igualdade e que as decisões são tomadas com base em condições democráticas justas. A defesa de um modelo europeu de desporto exige um esforço ativo. A UE, os seus Estados membros e as organizações desportivas devem reafirmar o seu compromisso com os valores de um modelo europeu de desporto, apoiar as competições abertas e preservar a solidariedade entre os níveis amador e profissional.

A defesa do modelo implica a promoção da transparência e da integridade, garantindo que o acesso às competições e os resultados desportivos sejam baseados no mérito – e não na exclusividade financeira ou em sistemas fechados. Esta transparência, integrada em estruturas de promoção e despromoção, é o que distingue a maior parte do desporto europeu dos formatos de índole comercial. O reconhecimento da autonomia do desporto pela UE e pelos seus Estados-Membros não deve tornar-nos complacentes; devemos manter-nos ativos, em diálogo constante e comprometidos com uma melhoria contínua. É necessário adotar uma posição firme contra a deslocalização de competições europeias para fora da Europa por motivos comerciais, reafirmando que os valores culturais e sociais do desporto não devem ser reduzidos a um produto comercializável.

A atribuição de direitos de organização de eventos importantes é outro domínio em que a transparência e a legitimidade devem ser reforçadas. As decisões devem assentar em critérios públicos claros, e os países candidatos devem ser avaliados quanto ao seu historial em matéria de direitos humanos, normas de governação e liberdade de imprensa. Nos últimos anos, alertas de denunciante e investigações independentes revelaram como a atribuição de torneios pode ser influenciada por uma tomada de decisão opaca, pela falta de supervisão e pela manipulação de narrativas públicas – incluindo a vigilância de jornalistas e o controlo da informação para reprimir críticas. Estas experiências evidenciam os riscos associados quando a transparência e a responsabilidade são enfraquecidas e demonstram a necessidade urgente de garantir que a abertura, a liberdade de expressão e o controlo independente se tornem condições inegociáveis durante a atribuição e a monitorização de eventos desportivos internacionais.

Por conseguinte, uma vez tomadas as decisões relativas aos direitos de organização, a divulgação integral das votações e a transparência nos processos de acompanhamento são essenciais, assim como uma supervisão independente e requisitos claros para o legado social e ambiental a longo prazo do evento.

O fortalecimento da democracia e da transparência no desporto vai, no entanto, muito além da atribuição de direitos de organização. Diz respeito à governação quotidiana das federações, dos clubes e das associações, à forma como os fluxos financeiros são geridos, como os atletas são protegidos e apoiados e como a informação é partilhada. Trata-se também de apoiar as pessoas que promovem a integridade do desporto – jornalistas, denunciadores e peritos independentes – cujo escrutínio e coragem são fundamentais para a responsabilização. Garantir que estes intervenientes possam atuar livremente e em segurança é um elemento central da governação democrática no desporto.

Nenhum país ou organização pode realizar essas mudanças sozinho. O progresso depende de alianças fortes entre Estados que partilham dos mesmos valores, do apoio às federações desportivas internacionais para reformar as suas práticas de governação e da elaboração de ferramentas práticas, bem como de normas em matéria de abertura e responsabilidade. É igualmente importante promover a educação e a literacia mediática dentro do ecossistema desportivo, assim como reforçar a comunicação crítica e independente, além de contribuir para a luta contra a manipulação e o controlo das narrativas.

Através de um esforço coletivo, a UE, os seus Estados-Membros e as organizações desportivas podem ajudar a garantir que a transparência e a democracia se tornem a regra e não a exceção no desporto internacional. O desporto une-nos, mas também precisa de nós. É necessária uma voz europeia forte, democrática e comum para defender a integridade do desporto e preservar o seu papel de força unificadora na sociedade.

Por conseguinte, os Estados-Membros são convidados a refletir sobre as seguintes questões.

1. Como podem a UE e os seus Estados-Membros apoiar de forma mais eficaz e concreta as federações desportivas internacionais no reforço da democracia, da transparência e da integridade nas estruturas de governação, por exemplo, através de princípios europeus comuns de boa governação que estabeleçam normas e expectativas claras?
2. Como podem a UE e os seus Estados-Membros defender e promover com mais firmeza o modelo europeu do desporto, nomeadamente os valores das competições abertas, a solidariedade entre todos os níveis do desporto e a responsabilidade social, ao mesmo tempo que se opõem às ligas dissidentes e à deslocalização das competições europeias?

Queira respeitar um tempo de palavra máximo de três minutos.